

# Planos Diretores Municipais no Estado de S. Paulo e sua Implantação

ENG. LAURO BASTOS BIRKHOLTZ

Livre Docente da Cátedra de Planejamento (1.ª e 2.ª parte), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

(continuação)

## OS RESULTADOS OBTIDOS

Procuraremos agora discutir, os resultados obtidos em cada Município em que atuou o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, na elaboração de Planos Diretores Municipais.

### Município de Águas da Prata

Assinado o convênio, por iniciativa do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, em 18.4.58 e contratado o arquiteto residente, foram iniciadas as pesquisas necessárias à elaboração do plano. Este convênio foi assinado durante a gestão do prefeito Wolgran Junqueira Ferreira, cujo mandato terminou em janeiro de 1959.

Durante a gestão deste prefeito, foram instaladas as Comissões Técnicas e do Plano e foi também contratado o levantamento aerofotogramétrico da cidade e o levantamento aerofotográfico do município. O Plano Preliminar foi terminado neste período e enviado à Câmara, não logrando sua aprovação. Realizou-se propaganda do planejamento por meio de palestras e conferências junto à população, utilizando-se também os jornais locais.

Eleito o novo prefeito, senhor Basilio Ceschin, da facção oposta ao prefeito anterior, desinteressou-se ele de início, pelos trabalhos de planejamento. Iniciou-se então um forte trabalho de esclarecimento, por parte do pessoal do Centro, junto à nova administração.

Assim, foi conseguida a permanência do técnico local e nova nomeação das Comissões Técnicas e do Plano Diretor.

Entrosado o novo prefeito nos trabalhos de planejamento com a entrega dos levantamentos contratados, prosseguiu-se na elaboração do plano diretor. Não foi possível, no entanto, aprovar na Câmara Municipal o plano preliminar. Não tendo força legal, não pôde este trabalho, produzir os frutos que dele se esperavam, como instrumento tampão na ordenação municipal. Durante a elaboração do plano diretor, foi grande a interferência da população na discussão das propostas aventadas. Terminado o plano diretor foi o mesmo exposto, não só em São Paulo, na Secretaria da Viação, como em local para

isto preparado na cidade de Águas da Prata, em dezembro de 1959.

Encaminhado à Câmara Municipal foi o mesmo discutido e aprovado em sessão de 22 de fevereiro de 1960.

Aprovado o plano diretor, negou-se o Departamento de Obras Sanitárias a continuar o pagamento do arquiteto contratado junto à Prefeitura, para prosseguimento dos trabalhos, ou seja, na preparação dos planos executivos e na fiscalização da aplicação das medidas contidas no plano em vigor.

Impossibilitada de arcar com essas despesas, a Prefeitura dispensou o arquiteto contratado. Não possuindo nos seus quadros nenhum técnico encarregado para fiscalizar as obras municipais, passaram as orientações contidas no Plano Diretor, a ser praticamente letra morta na administração de Águas da Prata. Conclui-se pois, que foram pequenos os efeitos até o presente momento, do Plano Diretor de Águas da Prata, na ordenação urbana desta Estância.

O plano, não pôde ser publicado por inexistência de verba. É intenção publicá-lo em tempo oportuno, pelo Serviço de Publicações da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

### Município de Santa Rita do Passa Quatro

Por iniciativa do prefeito da cidade, dr. Ivan Fleury Meirelles, foi contratado um arquiteto para elaborar o Plano Diretor do município de Estância de Santa Rita do Passa Quatro.

Iniciados os contactos com o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, foi mediante a orientação de seus técnicos, aplicado naquele município o processo de planejamento preconizado pelo Centro. Assinado posteriormente o convênio em 18.4.58, iniciou-se a pesquisa e instalaram-se a Comissão Técnica e a Comissão do Plano. Promovida com grande interesse a propaganda do planejamento, esta aos poucos foi esmorecendo, pois desentendimentos políticos entre o prefeito e as comissões, deram como resultado a dissolução das mesmas. Os levantamentos aerofotográficos do município e aerofotogramétrico da área urbanizada, só foram entregues muito depois dos prazos contratuais, em vista de problemas administrativos surgidos na execução de seus contratos.

Terminado o Plano Diretor, não foi possível a apresentação pública do mesmo à população, pelo surgimento de problemas políticos na administração da cidade. Uma vez concluída a elaboração do plano, negou-se o Departamento de Obras Sanitárias a prosseguir no pagamento do arquiteto contratado junto à Prefeitura para a continuação dos trabalhos de planejamento. Dificuldades políticas locais, absorveram as atividades do prefeito, desinteressando-se êle, quanto aos destinos do Plano Diretor. Dispensado o arquiteto quebrou-se o último sustentáculo do planejamento territorial da estância. Terminado o mandato do prefeito, seu substituto nunca procurou saber qual o destino dado ao plano elaborado, enquanto que o Centro em virtude de dificuldades materiais, pouco pôde influir sobre esta situação, achando-se até hoje o plano arquivado no Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos. Somente últimamente conseguiu o Centro, utilizando do Departamento de Publicações da Faculdade publicar o Plano Diretor de Santa Rita do Passa Quatro.

Conclui-se que uma iniciativa tão promissora como esta, produziu efeitos muito reduzidos na ordenação urbana da estância.

### **Município de Socorro**

Foi o convênio para a elaboração do Plano Diretor de Socorro, assinado em 18.4.58, por iniciativa do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, tendo sido contratado como técnico residente, um engenheiro civil, que tinha a vantagem de ser originário da própria cidade e aí residir, conhecendo assim profundamente todos os problemas da estância. A assinatura e a instalação das Comissões Técnicas e do Plano Diretor, foram efetivadas na gestão do prefeito sr. José Aranha, a qual terminou em meados de outubro de 1958. Foi das mais proficuas a atuação da Comissão Técnica, considerando-se que todos os dados constantes da pesquisa, foram levantados pelo Escritório Técnico, instalado no edifício da Prefeitura Municipal. De grande valia foi a colaboração da direção do Instituto de Educação Narciso Pieroni, onde foi estabelecido um concurso de monografias sobre o Plano da Cidade.

Concorreram alunos dos cursos ginásial, colegial e normal, sob o tema, "Plano Diretor de Socorro e seu significado para o futuro do Município". Corrigidas as monografias por um grupo de professores, foram examinadas pela comissão do Plano, tendo sido classificadas as melhores, com a entrega de premios e publicação nos jornais locais dos trabalhos premiados. Em vista da grande publicidade feita em torno da elaboração do Plano, quer por meio de palestras nas associações locais, quer pela publicação nos jornais da cidade, foi a idéia do planejamento territorial aceita e apoiada pela população, principalmente em função do dinamismo do engenheiro residente, chefe do Escritório Técnico do Plano. Todas estas atividades foram orientadas e seguidas de perto, no local, pelos técnicos do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos.

Verificou-se em Socorro, um fato novo na experiência de planejamento territorial; a mudança do prefeito não produziu nenhuma diminuição no ritmo de elaboração do plano. Empossado o novo prefeito, sr. Antonio Floriano Barbosa, foi mantido o engenheiro encarregado do Plano e introduzidas modificações na Comissão do Plano, não do ponto-de-vista político, mas substituídos membros poucos interessados, por outros mais dinâmicos. Consideramos êste resultado, função do interesse e integração da

população na elaboração do plano da cidade. As principais atividades da Comissão do Plano, neste período, foram além da grande propaganda no sentido de conscientizar a população local, as autoridades municipais e estaduais, quanto às possibilidades do município como estância hidro-mineral e o incentivo para a valorização das belezas naturais do município. Neste período iniciou-se a restauração do edifício da cadeia velha, destinado à sede do futuro Museu Histórico. Também fizeram-se as gestões junto às Prefeituras vizinhas de Amparo, Serra Negra e Águas de Lindóia, no sentido da criação de um parque turístico regional, da construção do aeroporto regional, bem como, a criação de uma Comissão Regional para o planejamento dos quatro municípios em conjunto. Em fevereiro de 1959, foi terminada a publicação do plano preliminar de Socorro, sendo esta publicação fartamente divulgada. Em abril, de 1959, depois de amplo debate, foi aprovado o Plano Preliminar da Cidade pela Comissão do Plano. Pressaguiram, então, os trabalhos para a elaboração do Plano Diretor da estância, sendo que durante a sua confecção, foram respeitadas as orientações constantes do Plano Preliminar.

Terminado o Plano Diretor, foi êle exposto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e na cidade de Socorro. Depois de debatido publicamente foi o mesmo aprovado pela Câmara Municipal, tornando-se a sua aplicação obrigatória, por força de lei, sancionada pelo sr. prefeito, com o n.º 511 de 1.º de julho de 1960.

Achando-se em vigor o plano aprovado, já produziu alguns efeitos altamente elogiáveis, quais sejam: 1) Foi mantida a localização do Centro Cívico, constante daquele plano, cuja mudança de local foi preconizada por projeto de lei, inspirado por interesses pessoais, o qual foi rejeitado; 2) Foi revogada pela própria Câmara de Vereadores, uma lei, considerada indevidamente aprovada, localizando o novo Fórum no centro de uma das praças da cidade.

Infelizmente, por questões financeiras, foi a Prefeitura obrigada a dispensar o engenheiro encarregado do planejamento da cidade, em vista do Departamento de Obras Sanitárias, negar-se a pagar os seus honorários, uma vez terminado o plano.

Ficou assim, Socorro privada de um dos maiores entusiastas de seu plano. Não contando, atualmente, a Prefeitura local com técnico habilitado para garantir o cumprimento das proposições constantes de seu Plano Diretor, tememos pela sorte do mesmo.

Esperamos que a semente lançada em meio de sua população, continui produzindo os seus frutos e que sejam respeitadas as diretrizes contidas naquele plano.

O plano de Socorro foi publicado por gentileza do Serviço Gráfico da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, que o considerou trabalho digno de ser divulgado.

### **Município de Campos do Jordão**

Igualmente em 18.4.58, foi assinado o convênio para a elaboração do Plano Diretor, sendo prefeito da estância o dr. Antonio Nicola Padula.

Afastado da Prefeitura, foi assinado contrato com o arquiteto residente em 17.6.58, quando respondia pelo expediente da Prefeitura o sr. Geraldo

Osório de Figueiredo, sendo em seguida instalada a Comissão do Plano Diretor.

A Comissão Técnica, foi instalada já na gestão do novo prefeito dr. José Antonio Padovan. Iniciaram-se os trabalhos de planejamento, em virtude de condições locais, pela elaboração de um Código de Obras. Em seguida realizaram-se as pesquisas básicas para elaboração do Plano Preliminar.

Outra iniciativa, a fim de disciplinar os loteamentos urbanos que se realizavam na área rural, foi a sanção pelo sr. prefeito, da Lei n.º 259 de 15.4.59, que dispõe sobre as normas de aprovação de loteamentos na zona rural do município. Terminado o Plano Preliminar foi o mesmo aprovado pela Câmara Municipal, passando a exercer sua função na ordenação do desenvolvimento urbano. Ativados os trabalhos de execução do Plano Diretor em fins de 1960, foi ele entregue à administração municipal e encaminhado à Câmara de Vereadores. Em outubro de 1960, foi dispensado o arquiteto residente, pelas mesmas razões já relatadas, quando tratamos dos outros planos. Ainda que fossem grandes os esforços do sr. prefeito, não logrou ele a aprovação do plano durante a sua gestão.

Ainda que não tenha sido transformado em lei, já produziu o Plano de Campos do Jordão alguns frutos na ordenação da cidade, em vista de estarem em vigor as diretrizes constantes do Plano Preliminar.

Como resultados mais importantes das medidas preconizadas pelo plano, podemos citar o cerceamento dos loteamentos urbanos na zona rural, a localização do centro esportivo da cidade e a delimitação da zona sanatorial.

Acha-se em fase final de publicação, no Serviço de Publicações da Faculdade, o Plano Diretor do Município de Campos do Jordão.

### **Município de São José dos Campos**

Os trabalhos, por iniciativa do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, de planejamento em São José dos Campos iniciaram-se com a assinatura de convênio em 14.4.58. Sendo designado o arquiteto residente, foram instaladas as Comissões Técnicas e do Plano. Em meados desse ano foi iniciada a pesquisa, por equipe do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, realizando-se, ao mesmo tempo intensa propaganda do planejamento territorial, por meio de palestras e conferências, publicações em jornais e palestras no rádio. O planejamento deste município marca uma nova experiência nos métodos de trabalho do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, realizando os estudos e pesquisas por meio de equipe polivalente, com profissionais especializados nos diversos ramos do conhecimento necessários ao planejamento. Abandonou-se o método até então adotado de realizar preliminarmente uma pesquisa geral, que englobava todos os campos, utilizando unicamente arquitetos.

Instalou-se um serviço de cadastro imobiliário, entrosado com o serviço de aprovação e fiscalização de obras particulares. Procurou-se disciplinar o crescimento caótico da cidade por meio de leis e decretos referentes a loteamento e zoneamento.

Passaram a ser realizados estudos em maior profundidade dos problemas econômicos e sociais da cidade, graças à participação de técnicos especiali-

zados. Dificuldades apareceram quanto ao tempo disponível do arquiteto contratado para o planejamento, que aos poucos foi sendo absorvido pelos trabalhos de rotina da Prefeitura e quanto à entrega dos levantamentos aerofotogramétricos contratados, devido a carência de verba disponível.

Sob a gestão do prefeito Elmano Veloso, foi contratado novo arquiteto para os trabalhos de planejamento e foram aprovadas as reformas administrativa e tributária propostas pelo Centro. Continuando os trabalhos de planejamento, foi terminado o Plano Preliminar, entregue solenemente no gabinete do senhor secretário de Viação e Obras Públicas em meados de 1961. Dificuldades políticas impediram o encaminhamento do plano à Câmara de Vereadores. Iniciaram-se a implantação da reforma administrativa, e os trabalhos de organização de um plano geral de trânsito para a cidade. Foram também realizados estudos para a erradicação das favelas da Linha Velha. Eleito o novo prefeito, sr. José Marcondes Pereira, foram iniciados vários trabalhos específicos, tais como: um ante-projeto de convênio, entre as Prefeituras vizinhas, para solução de problemas regionais; um estudo completo sobre abastecimento de gêneros alimentícios para a cidade, indicando a localização dos mercados distritais e feiras-livres e organizando as leis que disciplinam a sua utilização; a implantação do plano de trânsito municipal, já então terminado; os estudos da avenida de contorno da cidade e da avenida Lavapés, ambas previstas no Plano Preliminar. Aham-se atualmente em pleno andamento os trabalhos de planejamento territorial do município, encontrando-se o Plano Preliminar em estudos no Conselho de Desenvolvimento do município.

A pedido do senhor prefeito, foi organizado pelo Centro, uma proposta de "Programa Administrativo", integrado no espírito das propostas do Plano Preliminar, constituindo o primeiro plano executivo realizado pelo Centro.

O "Programa Administrativo" proposto contém os seguintes itens: 1) Reorganização e término do cadastro imobiliário, de acordo com as modificações; 2) Implantação completa da reforma administrativa proposta e aprovada; 3) Instalação e aparelhamento definitivo do Escritório Técnico de Planejamento; 4) Implantação imediata do projeto de trânsito já aprovado; 5) Abertura de vias públicas de acordo com a prioridade agora indicada; 6) Pavimentação das vias públicas de acordo com o cronograma apresentado; 7) Execução das obras indicadas, para ampliação do serviço de águas; 8) Execução dos projetos de esgoto de conformidade com as prioridades indicadas; 9) Implantação das medidas propostas para organização do abastecimento da cidade; 10) Execução do plano de educação proposto; 11) Encarar o problema da habitação popular como uma obrigação de poder municipal, de acordo com a orientação indicada pelo Centro.

São, portanto, das mais promissoras as perspectivas do planejamento territorial no município de São José dos Campos.

### **Município de Caraguatatuba**

Assinado o convênio em 6.5.58, por iniciativa do Centro, foram realizados os primeiros contactos no sentido da organização comunitária do município, não tendo sido possível qualquer resultado prático, uma vez que a verba destinada ao início dos trabalhos só foi liberada em meados de 1959.

Liberada a verba, foi ela totalmente consumida no contrato do levantamento aerofotográfico do município e aerofotogramétrico das áreas urbanizadas, levantamento este que só foi colocado à disposição dos planejadores em fins de 1960.

Assim, nesta época foi contratado um arquiteto residente, tendo, então, sido organizadas a Comissão Técnica e a Comissão do Plano Diretor.

Iniciou-se intensa propagando no sentido de atrair a população para que intervisse, cooperasse e discutisse as propostas que seriam integradas no Plano Preliminar em elaboração. Terminada a pesquisa básica, os planejadores dedicaram-se novamente aos trabalhos de difusão da idéia do planejamento territorial, pois em vista do período decorrido desde a época da assinatura do convênio, as autoridades agora no poder, eram outras, quer no Executivo, quer no Legislativo. Terminado o Plano Preliminar, foi êle encaminhado ao prefeito que, apesar do apêlo e insistência dos planejadores, nunca foi encaminhado à Câmara de Vereadores, no sentido de ser aprovado.

Empossado o novo prefeito, no início de 1964, foram renovados os esforços, no sentido da retomada dos trabalhos de planejamento territorial do município de Caraguatatuba, esperando-se da nova administração a aprovação do Plano Preliminar e o prosseguimento dos trabalhos de planejamento.

#### **Município de Ubatuba**

São válidas para este município tôdas as considerações feitas para Caraguatatuba. Os convênios foram assinados no mesmo dia, e o desenvolvimento dos trabalhos foi o mesmo, sendo idênticos em Ubatuba os resultados obtidos no campo do planejamento territorial. Convém destacar todavia, que contratado o arquiteto residente, não foi possível organizar as comissões técnicas e do plano, por desinteresse da administração e dificuldades políticas. Em consequência o Plano Preliminar elaborado e entregue, nunca foi levado em consideração pela administração local.

Assumindo a Prefeitura, em princípios de 1964, o sr. Francisco Matarazzo Sobrinho, reiniciaram-se os contactos com aquela autoridade objetivando o planejamento de Ubatuba. Em consequência destes contactos, foram encaminhadas àquela Prefeitura cópias de todos os trabalhos já realizados, acompanhados de relatórios completos destes estudos. Como resultado imediato destes contactos, foi organizada na Prefeitura de Ubatuba uma comissão técnica encarregada de rever, atualizar e prosseguir os trabalhos de planejamento territorial do município. Em vista do interesse demonstrado pela nova administração, das possibilidades financeiras decorrentes da organização de um cadastro imobiliário, da reorganização dos serviços municipais e da contratação de um engenheiro para superintender todos os serviços técnicos da Prefeitura, é muito promissor o futuro para o planejamento territorial de Ubatuba.

#### **Município de Ilhabela**

Assinado o convênio na mesma época em que foram efetivados os de Caraguatatuba e Ubatuba, passaram os trabalhos de planejamento territorial do município pelas mesmas vicissitudes já apontadas anteriormente. Indicado o arquiteto residente iniciaram-se os trabalhos de pesquisa, instalaram-se as comissões técnicas e do plano, sendo terminado o Plano Preliminar do município em fins de 1961.

Em fins de 1962, apresentando-se condições favoráveis, novo impulso foi dado ao planejamento territorial, tendo sido reorganizadas as comissões, passando as mesmas a se reunirem normalmente, quando foram aprovados seus regimentos internos. Como resultado destas reuniões, foram estudadas e aprovadas leis referentes às normas gerais sobre as construções no município a localização da zona comercial da cidade e seu disciplinamento e à proteção dos edifícios históricos e estabelecimentos de normas para os loteamentos.

Com a posse do novo prefeito, em princípios de 1964, foram novamente interrompidas as atividades das comissões, que tinham se mantido bastante ativas até meados de 1963.

Apesar dos esforços desenvolvidos junto à nova administração, consideramos ainda indefinidos os propósitos do novo prefeito, no que diz respeito ao planejamento territorial de Ilhabela, não tendo sido até hoje submetido à Câmara de Vereadores o Plano Preliminar.

#### **Município de São Sebastião**

Ainda que os trabalhos de planejamento territorial de São Sebastião tenham sofrido todos os entraves e dificuldades já descritas nos casos de Caraguatatuba, Ubatuba e Ilhabela, foram mais positivos os resultados obtidos neste município. Assim é que, designado o arquiteto residente em 1960, apesar de terem sido interrompidos os trabalhos por falta absoluta de verba, foram instaladas as comissões e realizou-se intensa promoção do plano. Continuaram os trabalhos de elaboração do Plano Preliminar do município, terminado em agosto de 1961.

Apresentado o plano à administração local, foi o mesmo encaminhado à Câmara de Vereadores, para o conveniente estudo e aprovação. Assim, pela ação conjunta destas comissões e do arquiteto residente durante a administração do sr. Gil Pacini, foi promulgada a lei n.º 12/61, de 23.3.61, que institui as normas para aprovação de loteamentos no município, segundo o modelo fornecido pelo Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos; pelo Decreto n.º 22/61, foi adotada como código de obras municipal, a Lei Estadual n.º 1561-A, que estabelece Normas Sanitárias para Obras e Serviços; e ainda a lei sobre a preservação do patrimônio histórico do município, baseada em modelo e estudo pela Departamento de História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Como resultado da colaboração entre os planejadores e os técnicos da Petrobrás, foi apresentado ao prefeito um projeto de rede de galerias de águas pluviais para a cidade, projeto este que foi adotado pela Prefeitura. Em colaboração com loteadores particulares foi apresentado e aprovado um tipo de loteamento para a praia do Guaecá, loteamento que introduziu nova concepção na ocupação de áreas litorâneas.

Em vista das vantagens apresentadas no loteamento da praia do Guaecá já começam a serem imitadas e aplicada por outros loteadores, em seus casos específicos, as técnicas aí empregadas.

Assumindo o poder em 1964, o novo prefeito, sr. Jorge Abdalla, compreendeu as vantagens do planejamento territorial, tendo desde os primeiros dias de sua gestão, colaborado decididamente no prosseguimento dos trabalhos do planejamento do seu município. Empenhado profundamente nestes trabalhos, tem oferecido as melhores condições técnicas e materiais para a continuação do planejamento em São Sebastião.

Considerando o interesse do Governo do Estado na construção do porto de São Sebastião, foi o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos encarregado pelo prefeito, de representar o município junto ao Grupo de Trabalho incumbido do projeto do novo porto. A construção do porto e da ferrovia acarretará a revisão do sistema rodoviário regional e a localização das áreas industrial e de armazenamento.

Uma vez fixadas as diretrizes básicas para a execução destas obras, deverá ser completamente revisado o Plano Preliminar elaborado, pois foi profundamente alterada a função da cidade, inicialmente considerada apenas estância balneária e, atualmente, em vias de ser transformada no segundo porto do Estado de São Paulo. Esta modificação já se havia iniciada com a instalação da Petrobrás no município, pela construção do Terminal Marítimo de São Sebastião. Atualmente está o Centro efetuando um estudo, para a reforma administrativa e financeira da Prefeitura local, bem como a elaboração de seu cadastro imobiliário.

Conclui-se, portanto, ser dos mais promissores o futuro do planejamento territorial no município de São Sebastião.

### **Município de Serra Negra**

Assinado o convênio para elaboração do Plano de Serra Negra em 19.6.1960, sob a gestão do prefeito Jovino Silveira, foram iniciados os trabalhos de planejamento pela contratação do engenheiro residente o que foi efetivado em agosto do mesmo ano. Já haviam sido nomeados, anteriormente, as comissões técnicas e do plano.

Iniciaram-se, então, as pesquisas necessárias para a elaboração do Plano Preliminar, executadas pelo engenheiro residente, sob a orientação do Centro. Fêz-se ampla divulgação da idéia de planejamento nos jornais locais, sendo dada grande publicidade às discussões realizadas no âmbito das comissões. Elaborado o Plano Preliminar, foi o mesmo exposto ao público que assim pôde se inteirar de suas proposições.

Aprovado no âmbito técnico, foi o plano entregue ao prefeito, na época em que terminava o seu mandato. Iniciando-se novo período administrativo, foi o sr. Luiz Bulk empossado em 1963 na Prefeitura de Serra Negra.

Já no final da gestão do prefeito anterior, demitiu-se o engenheiro municipal, em vista da pequena remuneração recebida, ficando a Prefeitura privada do único técnico que possuía nos seus quadros. A saída do técnico e a mudança da administração, levaram a ponto morto os trabalhos de planejamento territorial no município. Foram realizadas gestões junto ao novo prefeito, para o prosseguimento dos trabalhos de planejamento, tendo o mesmo sido procurado insistentemente pelos técnicos do Centro. Comprometeu-se por várias vezes, o prefeito a finalizar estes trabalhos, tendo sido até o presente momento nulos os resultados práticos. Acha-se o Plano Preliminar em poder do Executivo local, à espera de que este poder o encaminhe à Câmara de Vereadores para a competente discussão. Verifica-se, portanto, que do ponto-de-vista da ordenação urbana, não possui Serra Negra nenhum instrumento para orientá-la corretamente no seu desenvolvimento.

Não produziram os frutos esperados, os trabalhos realizados em Serra Negra, quanto à ordenação de seu território municipal.

### **Município de Itanhaém**

Por iniciativa do prefeito de Itanhaém, sr. Aurélio Ferrara em 1957, foram dados os primeiros passos no sentido do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos orientar a elaboração do Plano Diretor daquela cidade. Admitida a possibilidade de assinatura de convênios com os municípios estâncias, foi o mesmo assinado em 24.11.1960, na gestão do sr. Harry Forssell.

Existindo verba para o início dos trabalhos, foram contratados o levantamento aerofotográfico do município e o levantamento aerofotogramétrico das áreas urbanas. Entregues estes trabalhos básicos, foi contratado o arquiteto residente, em março de 1961. Iniciada a organização comunitária, foram instaladas as comissões técnica e do plano, estas depois de organizarem os seus regimentos internos, passaram ao exercício de suas funções, cujo ponto básico era a discussão dos problemas mais importantes da cidade e a solução a lhes ser aplicada.

Concomitantemente a estas atividades, foram iniciadas as pesquisas que serviriam de base à elaboração do Plano Preliminar. Terminadas as pesquisas iniciou-se a elaboração do plano; concluído em agosto de 1961, foi o mesmo entregue solenemente ao secretário de Viação do Estado, em outubro do mesmo ano.

Com a aprovação do Plano Preliminar na Comissão do Plano, foi encaminhado ao prefeito o qual remeteu em seguida à Câmara de Vereadores. Este o aprovou e, pela sanção do prefeito, resultou a Lei em 11.6.62.

Terminada a fase do Plano Preliminar, passou-se ao estudo do Plano Diretor, já agora com a solução de problemas de detalhe, enquadrados no âmbito do Plano Preliminar.

Foram iniciados os seguintes trabalhos: a organização do cadastro imobiliário da cidade; a execução de todas as leis municipais, com interferência direta no campo do planejamento territorial; o projeto do centro esportivo do bairro Guaraú; o estudo completo da reorganização administrativa da Prefeitura local; o plano de urbanização do morro do Sapucaetava; o projeto de lei que regula as construções à beira mar e principalmente no costão, a fim de defender as belezas naturais; o estudo para a avenida Beira Mar na Praia Grande e o plano geral de tráfego da cidade. Concomitantemente a estes trabalhos foi feita intensa propaganda, quer do planejamento em si, quer das soluções encontradas, discutidas e aprovadas pela Comissão do Plano.

Extinguindo-se as verbas destinadas ao planejamento, não foi mais possível manter o arquiteto residente e não tendo a Prefeitura possibilidade de manter um técnico às suas expensas, ficou privada do arquiteto com que contava, o qual superintendia também os trabalhos de rotina da Prefeitura. Conclui-se que foram dos mais eficientes os resultados do planejamento obtidos em Itanhaém, durante a gestão do prefeito Harry Forssell. Empossada a nova administração em inícios de 1964, apesar dos constantes apelos do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos até o presente momento não foram restabelecidos ainda os contactos com as autoridades de Itanhaém.

Em face desse desinteresse, é de se temer pelo futuro das atividades do planejamento territorial, no município de Itanhaém.

(Continua)